

Formulário de Atendimento para a rede de Núcleos e Postos¹

Brasília-DF, 2014

¹ Documento Extraído do Produto 8 da Consultoria técnica especializada pela consultora *Verônica dos Anjos* no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA-11-X63

Presidenta da República:

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado da Justiça:

José Eduardo Cardozo

Secretário Nacional de Justiça:

Paulo Abrão Pires Júnior

Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

Diretora:

Fernanda Alves dos Anjos

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Coordenadora:

Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira

Consultora responsável:

Verônica dos Anjos

Apoio Técnico:

Tatiana Tutida Ribeiro Corrêa
Lucicleia Souza e Silva

Formulário de Registro de Atendimentos

A elaboração e implementação de políticas, programas ou projetos demanda uma base de conhecimento da realidade sobre a qual essas ações irão incidir. Sendo assim, a coleta e produção de conhecimento tornam-se essenciais para que as iniciativas desenvolvidas alcancem os resultados esperados. Parte central do processo de apreensão da realidade é a forma pela qual as informações serão produzidas, e, para isso, são criados instrumentos de coleta. Os instrumentos de coleta tanto podem ser utilizados para elaborar quanto para avaliar o que se pretende desenvolver.

O Formulário de Registro de Atendimentos é portanto um instrumento de coleta central para o trabalho dos Núcleos e Postos de ETP. Ele se constitui em um documento que consolida os formulários utilizados pelos N&P, outros formulários nacionais e internacionais, assim como diretrizes diversas para a elaboração desse tipo de instrumento. Sua finalidade é registrar as informações referentes ao atendimento prestado por essas equipes.

Vale ressaltar que ele pode ser transformado em banco de dados por meio de programas mais simplificados como ACCESS. Outra sugestão seria construir um sistema nacional *online* para o registro dos atendimentos, com administração nacional da CETP. A informatização do formulário permite melhor cruzamento de dados, produção de indicadores quantitativos e qualitativos e compartilhamento de informações. Entretanto, é preciso verificar a viabilidade para implementação de tal sistema.

Como um instrumento de registro de atendimentos, ele passou por um processo coletivo de desenho e definição de seu conteúdo e aprovação, realizado nas reuniões técnicas da rede e por meio virtual. Ele reflete às expectativas da rede sobre as características do atendimento especializado de pessoas em situação de tráfico de pessoas e migrações. Esse instrumento pode ser revisado e atualizado por essas equipes. Contudo, essa prática deve ser feita em grupo. As

equipes devem propor alterações no conteúdo do formulário coletivamente para que se mantenha uma base comum harmonizada para todas elas. Há a possibilidade de incorporar outras questões de maneira a contemplar as especificidades de cada realidade. Entretanto, a base comum não deve ser alterada individualmente. Somente assim, se poderá coletar informações sobre os atendimentos para produzir insumos para as políticas públicas locais e nacionais, e análises comparadas.

Metodologia de elaboração

Com relação à escolha de perguntas, ou seja, o recorte do universo a ser pesquisado e conhecido, há alguns caminhos. O instrumento pode responder aos interesses da gestão do serviço e/ou de políticas públicas, pode também atender às demandas apresentadas por pesquisas científicas, e ainda a questões específicas apontadas. Levando-se em consideração a finalidade deste formulário, o caminho adotado priorizou a objetividade das perguntas e o formato sintético, que contemple as principais necessidades do atendimento. Ele foi desenvolvido para ser um formulário sintético, que contenha as informações imprescindíveis, ou seja, aquelas que devem ser respondidas para que se tenha conhecimento suficiente sobre o caso.

Especificamente para o trabalho dos Núcleos e Postos ETP, o instrumento deve ser preenchido pelo técnico(a) no momento do atendimento. Um formulário de atendimento é, primeiramente, um instrumento de coleta de informações *sobre alguém para algum fim*. Resumidamente, para o atendimento, o formulário serve para identificar a pessoa atendida, a demanda apresentada e quais ações foram realizadas.

Assim, as informações coletadas por meio dele devem atender aos seguintes objetivos:

- Coletar informações sobre a pessoa atendida, o caso e o atendimento;

- Produzir conhecimento sobre a temática;
- Fomentar políticas públicas ajustadas à realidade;
- Produzir informações de maneira alinhada à metodologia nacional de coleta de dados;
- Produzir indicadores;
- Possibilitar análises sobre a temática em sintonia com as bases oficiais de dados existentes.

Esse instrumento foi elaborado a partir da análise dos formulários utilizados atualmente pelos N&P, juntamente com o material elencado abaixo:

- Ficha de notificação intersetorial de violência (versão em fase de finalização) – Ministério da Saúde;
- Ficha de notificação de violência da Secretaria municipal de Saúde – São Paulo;
- Formulário de pesquisa domiciliar do IBGE;
- Ficha de notificação de violência – SINAN;
- Formulários de atendimento do CRAS – Parintins/AM;
- Ficha de atendimento do Conselho Tutelar – Parintins/Amazonas;
- Formulário de inscrição no PROJOVEM;
- Ficha de atendimento do Centro Integrado da Mulher – Minas Gerais;
- Ficha de atendimento da ASBRAD – São Paulo;
- Ficha de atendimento do Centro de Apoio à Mulher (Benvinda) – Minas Gerais;
- Questionário de identificação do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) – Minas Gerais;
- Handbook on Anti-Trafficking Data Collection in Southeastern Europe: Developing Regional Criteria – ICMPD.

Sinteticamente, o formulário elaborado e apresentado a seguir buscou:

- Responder a três perguntas orientadoras: “quem está sendo atendido?”, “o que aconteceu?”, “o que foi feito?”;
- Apresentar as questões mais relevantes, evitando o excesso, sem perder o foco e nem o objetivo a ser atingido;
- Estar em alinhamento em termos de categorias com campos importantes do conhecimento, como gênero, direitos humanos e outros;
- Dialogar com as bases de dados de outros setores, como a saúde, a assistência;
- Observar regras para registros de informações de natureza quantitativa, como opções fechadas de resposta.

O formulário elaborado se subdivide em sete sessões, a saber: (1) Dados para gestão; (2) Identificação da pessoa atendida; (3) Perfil socioeconômico; (4) Caso/experiência; (5) Encaminhamento/Referenciamento, (6) Monitoramento e (7) Observações. Nessas sessões, há perguntas abertas e fechadas.

Na parte 1 *Dados para gestão*, foram abordadas questões importantes para a gestão interna do atendimento. Na parte 2 *Identificação da pessoa atendida*, as questões formuladas perguntam desde informações pessoais sobre sua documentação até moradia e orientação sexual. Na parte 3 *Perfil socioeconômico*, estão colocadas as perguntas relativas à renda, composição familiar e possíveis benefícios/programas governamentais recebidos pela pessoa. Na parte 4 *Caso/experiência*, são feitas perguntas sobre a rota de chegada ao país, as condições da experiência vivida, motivação relação com aliciador. Na parte 5, *Encaminhamento/Referenciamento*, são relatados os encaminhamentos realizados pelas equipes para o caso. Na parte 6 *Monitoramento*, são registradas as informações referentes ao acompanhamento do caso por parte da equipe de atendimento. Na parte 7 *Observações*, as equipes podem relatar livremente quaisquer notas referentes ao caso.

O formulário é, portanto, o resultado de estudo de outros instrumentos e de um esforço para produzir um instrumento alinhado com a macropolítica de enfrentamento ao tráfico de pessoas sobre o tema. Ele traduz as especificidades

do trabalho das equipes dos núcleos e postos, de maneira que possa apreender a realidade para os fins pré-estabelecidos.

Considerações

As equipes de profissionais são multidisciplinares, fato que favorece a construção de um olhar mais integral sobre a problemática, e, por consequência, o atendimento se torna mais eficiente ao passo que considera vários aspectos. Por outro lado, a multiplicidade de saberes gera necessidades múltiplas também, que foram representadas nesse instrumento. De certo, pode-se afirmar que esse e nenhum outro tipo de instrumento é capaz de coletar todas as informações necessárias para todos os objetivos profissionais envolvidos. Por isso, a meta foi elaborar um formulário útil para os profissionais dos N&P, que pudesse ser empregado por esses para organizar o conjunto mínimo de informações imprescindíveis para todos.

Cabe lembrar e reforçar que as pessoas atendidas pelos N&P estão, em geral, em situação de desgaste emocional e fragilidade. As equipes de profissionais devem priorizar a realização do atendimento humanizado, que se traduz em minimizar ao máximo o tempo de preenchimento do formulário. Portanto, a escolha por um instrumento que contenha as informações estritamente necessárias, sem excessos, foi estratégica. Entretanto, não se deve perder de vista que as informações de natureza qualitativa são importantes para a compreensão mais aprofundada e integral do caso, e que estas devem ser produzidas ao longo dos atendimentos, e registradas em relatório próprio de cada profissional.

O formulário buscou estar alinhado com a metodologia de coleta do Ministério da Justiça em termos de categorias e variáveis, e perguntas ao máximo fechadas. As perguntas fechadas com opção e respostas pré-definidas são mais indicadas para análises e cruzamento de dados.

O conhecimento dos instrumentos de instituições de atendimento da rede da saúde, da assistência e outras foi duplamente benéfico, porque permitiu

conhecer o universo de perguntas e respostas mais usadas, e também dialogar com as bases de dados dessas e de outras áreas importantes. Essa é uma característica de grande relevância para um instrumento, que foi elaborado a partir de distintos campos do conhecimento. Assim foi possível adotar categorias transversais a políticas distintas, e, portanto, facilitar a produção de análises em alinhamento com as mesmas.

Nas apresentações do Formulário, foi feita uma explicação detalhada sobre a natureza e objetivos do formulário. A utilização universal do instrumento deve ser consensuada pela Rede de N&P a partir da aprovação do seu conteúdo. Da mesma forma, foi reforçado que os N&P possuem autonomia para inserir novos conteúdos ao documento, desde que não altere as questões adotadas e aprovados por todas as equipes.

Nas apresentação do documento feitas nas Reuniões Técnicas e Encontro com Especialistas, foram registradas as seguintes considerações:

Duplicidade de registro – Houve um debate sobre a importância de não gerar duplicidade na entrada de informações referentes a um caso atendimento em um núcleo e posto. É preciso criar algum mecanismo que quando o caso for encaminhado por uma unidade para outra unidade da rede de N&P, que essas informações não gerem duplo registro. Foi acrescentado que deve ser criado e observado um protocolo de comunicação entre N&P, que contemple essa questão.

Identificação da instituição que encaminhou – Outro ponto seria a necessidade de no formulário, constar a identificação da instituição que encaminhou a pessoa, para que a rede tenha conhecimento sobre as portas de entrada de casos e amplie as possibilidades de encaminhamentos. A mesma informação deve ser registrada quando o encaminhamento foi feito de um Núcleo ou Posto para outro.

Alinhamento do formulário com outros instrumentos – Foi ressaltado que os instrumentos da Rede de N&P devem estar em alinhamento com os demais instrumentos de coleta do Ministério da Justiça, no que se refere às categorias e variáveis. Isso garantirá a compatibilidade de dados de diferentes fontes, que, por sua vez, permitirá a realização de análises mais amplas e comparadas. Igualmente, deve haver a observância dos conceitos e expressões usadas pelas políticas públicas setoriais para que haja uma harmonização entre esses instrumentos.

Atendimento de estrangeiros – Com relação à utilização do formulário para atender estrangeiros, é preciso observar que a categoria cor/raça foi construída para o perfil brasileiro. Assim foi sugerido que se incluísse a variável não se aplica, para os casos não contemplados. É relevante reforçar que a classificação de cor/raça deve ser preenchida segundo a resposta da pessoa, ou seja, a própria deve se auto classificar, portanto, é uma categoria denominada autodeterminada.

Questão sobre sexo – Sobre essa questão, houve debate motivado pela necessidade de modifica-la. A sua nova redação deveria contemplar as especificidades da população LGBT, considerando que essa alteração simboliza o alinhamento político- conceitual com as políticas públicas e movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos desse segmento social. A questão então foi desdobrada em três subcategorias, com suas respectivas variáveis: “sexo biológico”, “identidade de gênero” e “orientação sexual”. A nova numeração ficaria da seguinte maneira: Questão Nº15- sexo biológico, Questão Nº16- identidade de gênero, Questão Nº 17- Orientação sexual.

Busca ativa – Assim como no debate do Guia, a questão da busca ativa foi levantada. Nesse momento, surgiu a preocupação de manter a busca ativa como prática dos N&P, como uma atividade que deve ser adotada por essas equipes. Em razão das condições de trabalho, os N&P devem refletir sobre sua condição de desenvolver tal prática.

Nome social – Em termos de informação sobre o nome da pessoa atendida, é importante para a Rede obter tanto o nome do registro oficial quanto seu nome social. Há casos, em que a pessoa somente é conhecida pelo seu nome social, enquanto que o oficial é o que deve ser usado para encaminhamentos e solicitação de benefícios assistenciais.

Identificação responsável por criança/adolescente – Nos casos de atendimento à criança/adolescente devem ser incluídas as informações sobre seu responsável acompanhante. Por questões de natureza legalista, a criança/adolescente não pode responder por si, e por isso é necessário registrar as informações da pessoa que estava com ela no atendimento.

Situação conjugal – Foi indicado que é importante identificar separadamente a situação conjugal da pessoa, para saber se está separada ou divorciada. A diferenciação auxilia na definição dos encaminhamentos a ser adotados. Nos casos de divórcio, a situação está legalmente definida e demanda encaminhamentos distintos dos casos de separação não formalizada legalmente.

Religião – Foi pontuada a necessidade de registrar a religião da pessoa. Existem abrigos que recebem os abrigados somente de uma mesma religião. Essa medida tem sido adotada para evitar conflitos entre os abrigados de diferentes credos.

Renda individual – Foi indicada a importância de identificar se a pessoa está abaixo da linha de pobreza e com isso definir os encaminhamentos assistenciais cabíveis. A renda individual nesse caso importa mais que a renda familiar. É importante adotar no questionário a renda indicada na política de assistência para definir a linha de pobreza. A rede deve também adotar o valor do salário mínimo nacional como referência para cálculos de faixa salarial e encaminhamentos assistenciais. Por outro lado, foi destacado que seria

importante definir o perfil familiar com base na renda e composição familiar. Essas são informações igualmente relevantes para a solicitação de benefícios assistenciais.

Renda familiar – Para os encaminhamentos relacionados a benefícios financeiros é preciso ter conhecimento do perfil econômico familiar. A pergunta sobre renda financeira não contempla a renda familiar, por tratar somente da renda individual. A sugestão foi incluir uma nova pergunta sobre a renda familiar com as mesmas variáveis da pergunta sobre renda individual. Além disso, é nuclear identificar a constituição familiar, ou seja, identificar quantas pessoas vivem da renda familiar. Assim, a pergunta sobre renda familiar deve ser complementada com uma questão que pergunte o número de pessoas que vivem da renda descrita.

Benefícios sociais e composição familiar – Para a complementação do quadro socioeconômico da pessoa e da família, é necessário perguntar se algum membro da família está inserido em algum programa de transferência de renda ou de outro tipo, como bolsa-família, PETI etc. Outro ponto levantado seria a alteração da Questão Nº 26 filhos para composição familiar. A composição familiar pode revelar com mais clareza quantas e quais pessoas vivem da mesma renda familiar e outras informações complementares acerca do perfil familiar.

Instrumento para repasse de informações à Rede – Foi debatida a necessidade de repasse de informações sobre o caso para parceiros da rede, nas situações onde essa medida é necessária. Primeiramente, isso exige que haja explicitamente um campo no formulário que registre a autorização da pessoa atendida para o repasse de informações do caso a integrantes da rede, quando necessário. O campo consentimento e autorização do formulário não contempla essa necessidade. Por outro lado, tem se mostrado necessário elaborar um instrumento especialmente voltado para o repasse de informações de casos, que possa ser usado por todas as equipes. O Programa de Enfrentamento ao Tráfico

de Pessoas de Minas Gerais criou um documento chamado Informe de Situação para atender essa demanda. Ele é elaborado pela equipe técnica e lido para a pessoa atendida, que assina o documento autorizando a utilização e repasse das informações cedidas. Esse documento pode ser apresentado a toda rede de N&P para ser aprovado e utilizado pela mesma.

Forma como a pessoa chegou – É importante saber como a pessoa atendida chegou, ou seja, se foi demanda espontânea ou encaminhada. No caso de ser encaminhamento, é necessário que se registre qual foi a instituição (nome da instituição, nome do profissional que encaminhou, telefones para contato) e quais documentos a pessoa encaminhada portava (encaminhamento institucional, documentos de identificação etc). Essas informações são relevantes para a gestão do caso e compreensão da situação em que a pessoa se encontra.

Endereço da pessoa atendida – Foi sugerido que o endereço fornecido pela pessoa seja um endereço que possa ser utilizado para, de fato, fazer contato. Em alguns casos, as pessoas respondiam à pergunta endereço de residência atual, mas nem sempre esse endereço poderia ser utilizado para fazer contato. Por isso, essa categoria deveria ser modificada para endereço de confiança/referência. De maneira que fique esclarecido para a pessoa atendida que é necessário fornecer um endereço para se ter acesso à ela.

Quadro de saúde – A questão da saúde das pessoas atendidas foi considerada relevante para a análise da situação na qual ela se encontra, e definição de encaminhamentos. A sugestão foi incluir uma questão que apresente o quadro geral de saúde, abordando assuntos como dependência química e de álcool. O Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais compartilhou o quadro elaborado pela equipe para a rede de N&P.

Situação de moradia – A pessoa atendida deve indicar sua condição de moradia para que possam ser realizados encaminhamentos voltados a essa

situação. Considerando que ela pode estar em situação de rua, de alojamento no trabalho, vivendo em casa de pessoa conhecida/amiga temporariamente e outras, é crucial definir sua situação de moradia para determinar as estratégias de encaminhamento como também para inserção dela em abrigos e programas de moradia. Foi sugerido, assim, que seja criada uma nova questão sobre o assunto, intitulada condição de moradia atual.

Ordenação das questões sobre caso/experiência – Foi debatido que segundo a concepção do fenômeno de tráfico de pessoas apresentado no Protocolo de Palermo, segue-se uma lógica de ordenação relativa ao próprio modo como o fenômeno ocorre. Essa ordenação seria ato, meio e fim. Essa concepção ajuda a compreender o fato ocorrido e elaborar as estratégias de ação e encaminhamentos para o caso. Um ponto levantado também sobre esse assunto se centrou no interesse em identificar a oferta feita pelo aliciador à pessoa. Dessa forma, a equipe poderia comparar a resposta a essa pergunta com a resposta dada a pergunta motivações para migrar. Essa comparação poderia revelar a veracidade ou contradições da história narrada. Nesse sentido, foi sugerida a alteração da sequência das perguntas propostas para o assunto caso/experiência (questão Nº 29). A nova organização ficaria assim:

- Ocupação quando recrutado(a);
- Se trabalhador(a) informal ou formal quando recrutado(a), marque qual atividade exercida;
- Relação da vítima com aliciador;
- Motivações para migrar;
- Oferta/proposta feita pelo aliciador;
- Meio utilizado para o recrutamento;
- Destino prometido;
- Meio de transporte;
- Meio utilizado para controlar a vítima;
- Finalidade;
- Como conseguiu sair.

- Tempo que durou a experiência

Exploração sexual – Foi debatida a concepção adotada no formulário sobre exploração sexual. No entendimento da equipe de MG, a noção de exploração sexual adotada se relaciona com exploração da prostituição, e, por isso, está relacionada a questões de trabalho. Nesse sentido, ela poderia estar inserida na temática exploração laboral, como uma modalidade dessa exploração. Na categoria finalidade (questão Nº 29), a variável trabalho em condição análoga a de escravo poderia ser desdobrada em uma opção que identificasse a exploração laboral sexual. Há que se fazer a distinção entre exploração laboral da prostituição do exercício da atividade de profissionais do sexo. Essa distinção inclusive responde à demanda dessa categoria profissional por reconhecimento de sua atividade trabalhista. A variável exploração sexual da questão Nº 29 deve ser assinalada somente nos casos em que não houvesse exploração laboral da prostituição.

Monitoramento – É importante para a Rede de N&P estabelecer um consenso sobre a continuidade do monitoramento, ou seja, por quanto tempo ele deve ser realizado após o atendimento. Houve sugestões de determinar períodos de monitoramento, como para após o primeiro mês, e depois com três, nove e doze meses. Nesse caso, o prazo máximo de monitoramento seria de 12 meses. Também foi apontada a importância de registrar com quem foi feito o contato para o monitoramento, o seu resultado e as datas dos contatos. Com isso se obterá um registro completo das etapas do monitoramento.

Status do caso – No formulário deve haver um campo onde a equipe possa registrar o status do caso, para ter controle sobre o andamento do processo de atendimento. As opções de marcação seriam encerrado, em atendimento, em monitoramento. O preenchimento do formulário deve ser datado, ou seja, a cada inserção de informações, a equipe deve registrar a data que essa ação foi feita.

Rede inexistente e recusa de recebimento do caso – Foi sugerido que houvesse uma opção na parte de encaminhamentos que revelasse a ausência do serviço/equipamento necessário para atender a demanda apresentada. Essa opção ajudaria no reconhecimento das lacunas da rede de encaminhamentos/referenciamentos, assim como registraria o conhecimento da equipe sobre o caso e seus esforços para atender com eficiência. Pode haver situações em que o serviço/equipamento se recuse a receber o caso. Essa informação deve igualmente ser registrada no formulário, e por isso há necessidade de criar esse campo.

Violência física e sexual – A questão da violência sexual foi apontada como articulada à violência física, isto é, necessariamente a violência sexual é uma forma de violência física, segundo a concepção do fenômeno pela assistência social apresentada pela representante do MDS. Seguindo essa lógica, na categoria meios utilizados para controlar a vítima as variáveis violência física e violência sexual deveriam ser fundidas. Foi ponderado que segundo as orientações da SPM, há a necessidade de identificar separadamente essas situações, para não invisibilizar a violência sexual.

Migração – Para incorporar com mais propriedade a temática de migrações no formulário e consequentemente na política de atendimento da Rede de N&P de ETP, foi indicada a necessidade de registrar a origem da pessoa e qual rota que ela seguiu para entrar no país e na cidade onde está sendo atendida, e a data de entrada, quando se tratar de migrantes. Cabe igualmente saber se a pessoa atendida já migrou outras vezes, e, em caso positivo, quais foram as rotas de migração. Essas informações ajudam a compreender os processos migratórios e o perfil dos migrantes que chegam ao país. Complementando, é importante identificar o perfil profissional da pessoa migrante, como forma de inseri-la em programas de geração de renda e qualificação profissional. Com relação à

motivação para migrar, deve ser acrescentada a variável dependência afetiva. Essa motivação tem sido verificada nos casos de migração.

Refugiados – Dentre as opções de motivação para migração, encontram-se os casos de familiares de refugiados que se deslocam para o país onde o ente familiar se encontra refugiado, fenômeno que tem sido nomeado pelo DEEST e CONARE como reunião familiar. Nesse sentido, com o fim de abordar essa característica do fluxo migratório de familiares de refugiados, foi solicitado que se incluísse essa variável no formulário. Foi destacado que reunião familiar não tem o mesmo significado de questões familiares, pois esta última aborda problemas envolvendo a família, como violência, precariedade de condições de vida e saúde etc. A reunião familiar possui um caráter mais afetivo e de valorização da convivência familiar. Também pode haver situações de migração para casamento, que estariam contempladas em reunião familiar.

Atendimento de casos de migração e refúgio – Em razão da demanda por ajuste do formulário para melhor contemplar as situações de migração e refúgio, os N&P devem refletir sobre a absorção de agendas provenientes de políticas públicas frágeis, para que não haja sobrecarga de demandas junto às equipes que tem como prioridade o atendimento às pessoas em situação de tráfico de pessoas. Considerando o número expressivo e crescente de migrantes no país e casos de refúgio, essas equipes devem fazer o exercício de refletir sobre o impacto dessa temática em seu cotidiano de trabalho, e deliberar sobre a ampliação oficial do atendimento desses casos.

Formulário de Registro de atendimentos

Processo de construção

A elaboração e implementação de políticas, programas ou projetos demanda uma base de conhecimento da realidade sobre a qual essas ações irão incidir. Sendo assim, a coleta e produção de conhecimento tornam-se essenciais para que as iniciativas desenvolvidas alcancem os resultados esperados. Parte central do processo de apreensão da realidade é a forma pela qual as informações serão produzidas, e, para isso, são criados **INSTRUMENTOS DE COLETA**. Os instrumentos de coleta tanto podem ser utilizados para elaborar quanto para avaliar o que se pretende desenvolver.

Com relação à escolha de perguntas, ou seja, o recorte do universo a ser pesquisado e conhecido, há alguns caminhos. O instrumento pode responder aos interesses da gestão do serviço e/ou de políticas públicas, pode também atender às demandas apresentadas por pesquisas científicas, e ainda a questões específicas apontadas. Levando-se em consideração a finalidade do formulário em debate, o caminho adotado deve priorizar a objetividade das perguntas e o formato sintético, que contemple as principais necessidades do atendimento. Um **FORMULÁRIO SINTÉTICO CONTÉM AS INFORMAÇÕES IMPRESCINDÍVEIS**, ou seja, aquelas que devem ser respondidas para que se tenha conhecimento suficiente sobre o caso.

Especificamente para o trabalho dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), o instrumento a ser utilizado deve ser um formulário preenchido pelo técnico(a) no momento do atendimento. Um formulário de atendimento é, primeiramente, um instrumento de coleta de informações *sobre alguém para algum fim*. Seja qual for sua natureza, necessariamente, ele deverá ser concebido com base em um objetivo definido. Para o atendimento, os

instrumentos de coleta de informações servem para identificar a pessoa atendida, a demanda apresentada e quais ações foram realizadas.

Assim, as informações coletadas por meio de um formulário devem atender aos seguintes objetivos:

- o Coletar informações sobre a pessoa atendida, o caso e o atendimento;
- o Produzir conhecimento sobre a temática;
- o Fomentar políticas públicas ajustadas à realidade;
- o Produzir informações de maneira alinhada à metodologia nacional de coleta de dados;
- o Produzir indicadores;
- o Possibilitar análises sobre a temática em sintonia com as bases oficiais de dados existentes.

O instrumento criado para as equipes técnicas, então, foi elaborado a partir da análise dos formulários utilizados atualmente pelos NETPs e PAAHMs, juntamente com o material elencado abaixo:

- o Ficha de notificação intersetorial de violência (versão em fase de finalização) – MS;
- o Ficha de notificação de violência da Secretaria municipal de Saúde – SP;
- o Formulário de pesquisa domiciliar do IBGE;
- o Ficha de notificação de violência – SINAN;
- o Formulários de atendimento do CRAS – Parintins/AM;
- o Ficha de atendimento do Conselho Tutelar – Parintins/AM;
- o Formulário de inscrição no PROJOVEM;
- o Ficha de atendimento do Centro Integrado da Mulher –MG;
- o Ficha de atendimento da ASBRAD – SP;
- o Ficha de atendimento do Centro de Apoio à Mulher (Benvinda) – MG;
- o Questionário de identificação do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) – MG;

o Handbook on Anti-Trafficking Data Collection in South-Eastern Europe: Developing Regional Criteria – ICMPD.

O formulário é, portanto, o resultado de estudo de outros instrumentos e de um esforço para produzir um instrumento alinhado com a macropolítica de enfrentamento ao tráfico de pessoas sobre o tema. Ele traduz as especificidades do trabalho das equipes dos NETPs e PAAHMs, de maneira que possa apreender a realidade para fins pré-estabelecidos.

Relevância

No caso dos atendimentos realizados NETPs e PAAHMs, não há atualmente um formulário comum utilizado por todas as equipes. Cada uma foi, ao longo da prática, desenvolvendo instrumentos próprios. Nesse sentido, elaborar um instrumento– formulário de atendimento – que atenda às necessidades das equipes dos NETPs e PAAHMs no Brasil se torna um desafio, pois os estados possuem características sócio-culturais e contextos político-administrativos distintos. Em sua concepção mais ampla, o formulário servirá como **INSTRUMENTO PARA SUBSIDIAR A POLÍTICA NACIONAL E POLÍTICAS LOCAIS**, à medida que será utilizado por todas equipes do Brasil. Esse instrumento possibilitará o registro de informações de alta relevância para a elaboração, fomento e avaliação de políticas públicas e institucionais

Ao utilizar o mesmo formulário, a coleta de informações será padronizada, fato que permite ao gestor da política dimensionar adequadamente os caminhos e ajustes necessários.

Outros aspectos importantes estão relacionados à utilização das informações obtidas por meio do formulário. Informações, que por sua vez, quando devidamente coletas podem colaborar com a produção de indicadores, e até mesmo se tornar sua origem. Garantir que os NETPs e PAAHMs produzam o

mesmo conjunto de informações é de grande valia para as equipes também, pois elas poderão compartilhar e cruzar dados, e ainda comparar suas realidades.

Orientações para aplicação

As equipes de profissionais são multidisciplinares, fato que favorece a construção de um olhar mais integral sobre a problemática, e, por consequência, o atendimento se torna mais eficiente ao passo que considera vários aspectos. Por outro lado, a multiplicidade de saberes gera necessidades múltiplas também, que se refletem nas perguntas do formulário a ser utilizado. De certo, pode-se afirmar que nenhum instrumento é capaz de coletar todas as informações necessárias para todos os objetivos profissionais envolvidos. Necessariamente, há que ser elaborado um formulário útil para os profissionais. O ponto central para a criação de um formulário padrão, que possa ser empregado universalmente, é organizar um conjunto mínimo de **INFORMAÇÕES IMPRESCINDÍVEIS** para todos.

Cabe lembrar e reforçar que as pessoas atendidas pelos NETPs e PAAHMs estão, em geral, em situação de desgaste emocional e fragilidade. As equipes de profissionais devem priorizar a realização de um **ATENDIMENTO HUMANIZADO**, que se traduz em minimizar ao máximo o tempo de preenchimento do formulário. Portanto, a escolha deve ser por um instrumento que contenha as informações consideradas estritamente necessárias, sem excessos. Entretanto, não se deve perder de vista que as informações de natureza qualitativa são importantes para a compreensão mais aprofundada e integral do caso, e que estas devem ser produzidas ao longo dos atendimentos, e registradas em relatório próprio de cada profissional.

As perguntas devem, por outro lado, ser acompanhadas de respostas em forma de opções fechadas, ou seja, devem oferecer para quem o preencha as respostas esperadas, evidentemente, deixando o mínimo possível de campos abertos para que se registre o inédito. Sobre isso, deve-se destacar a necessidade

de conhecer previamente as respostas utilizadas e conhecidas pelos instrumentos adotados pelos NETPs e PAAHMs, como também por outras instituições.

O conhecimento prévio dos instrumentos de instituições de atendimento da rede da saúde, da assistência e outras é duplamente benéfico, porque permite conhecer o universo de perguntas e repostas mais usadas, e também dialogar com as bases de dados dessas e de outras áreas importantes e consagradas. Essa é uma virtude de um instrumento elaborado a partir de distintos campos do conhecimento. Assim é possível adotar categorias transversais a políticas distintas, e, portanto, produzir análises em alinhamento com as mesmas.

O formulário elaborado se sub-divide em sete sessões, a saber: (1)Dados para gestão; (2) Identificação da pessoa atendida; (3) Perfil sócio-econômico; (4) Caso/experiência; (5)Encaminhamento/Referenciamento, (6)Monitoramento e (7) Observações. Nessas sessões, há perguntas abertas e fechadas.

Resumidamente, o formulário elaborado e apresentado a seguir buscou:

- o Responder a três perguntas orientadoras: “quem está sendo atendido?”, “o que aconteceu?”, “o que foi feito?”;
- o Apresentar as questões mais relevantes, evitando o excesso, sem perder o foco e nem o objetivo a ser atingido;
- o Estar em alinhamento em termos de categorias com campos importantes do conhecimento, como gênero, direitos humanos e outros;
- o Dialogar com as bases de dados de outros setores, como a saúde, a assistência;
- o Observar regras para registros de informações de natureza quantitativa, como opções fechadas de resposta.

Ele se constitui em um instrumento de coleta de informações que contém as questões mais relevantes para a compreensão do caso e tomada de decisão sobre quais encaminhamentos devem adotados. Seu conteúdo se configura como o **MÍNIMO A SER COLETADO** para a uniformização de estatísticas e produção de conhecimento que subsidie políticas públicas efetivas. Contudo, demais perguntas que se fizerem necessárias podem ser incluídas, com base na avaliação de cada equipe, sem prejuízo do conteúdo original.

Formulário de Atendimento – Tráfico de Pessoas e Migrações

| A | Informações preliminares

O formulário possui opções de marcação com *parêntesis e caixas/box*. No caso da caixa/box, o tipo de pergunta exige apenas uma resposta, indicada pela número da opção, como por exemplo a *pergunta 1*. Quando a resposta pode ser mais de uma opção, a pergunta oferece respostas em parêntesis, como na *pergunta 18*.

Não se aplica é uma opção para casos onde a pergunta não cabe ao contexto da pessoa atendida. Por exemplo: comunidades indígenas não possuem endereço no padrão dos espaços urbanizados, por isso a pergunta não se aplica.

Sem informação deve ser uma opção utilizada para os casos em que a pergunta não foi realizada por qualquer razão ou não foi respondida.

Para fins de esclarecimento para o preenchimento dos campos *trabalho formal* e *trabalho informal*, adota-se aqui o entendimento de trabalho formal como qualquer atividade de trabalho que garanta ao trabalhador direitos trabalhistas previstos em lei, como férias, FGTS, aposentadoria, dentre outros. Como trabalho informal, compreende-se as atividades de trabalho que não garantem tais direitos ao trabalhador.

Por *acolhida* compreende-se o primeiro atendimento à pessoa por parte da equipe, incluindo-se nesse primeiro momento a escuta qualificada da demanda apresentada, que se materializa na atenção plena, no tratamento cordial e respeitoso.

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO:

IDENTIFICAÇÃO DO POSTO OU NÚCLEO:

| 4.3.4.1 | Informações para Gestão

|1.1.| CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO

☐ A pessoa atendida foi devidamente esclarecida sobre a utilização das informações concedidas por ela para fins institucionais, sem prejuízo do caráter sigiloso de sua identificação.

☐ A pessoa atendida autorizou a utilização das informações concedidas por ela para fins institucionais, sem prejuízo do caráter sigiloso de sua identificação.

☐ Criança ou adolescente. Preencha o quadro abaixo:

Nome do responsável:	
Tipo de relação (Ex: parentesco, tutela/guarda legal etc)	
Documento de identificação	Tipo: Número: UF:
Contatos	

|1.2.| PREENCHIMENTO

Data e horário:

Nome e função do(a) profissional:

Número do formulário:

Status do caso: ()Em atendimento ()Em monitoramento ()Encerrado ()Em aberto

| 4.3.4.2 | Identificação

1-Nacionalidade	☐	1-Brasileira 2-Estrangeira 3-Sem informação
2-Como chegou	☐	1-Demanda espontânea 2-Encaminhado(a) por instituição. Qual? _____ Nome e contato do profissional que encaminhou: _____ 3-Levada por acompanhante 4-Busca ativa 5-Encaminhado(a) por Núcleo/Posto. Qual? _____ 6-Outros. Descreva: _____ 7-Sem informação
3-Descreva quais documentos portava ao chegar: _____		
4-Nome social		
5-Nome completo		
6- Filiação		
7-Cidade, estado e país de nascimento		
8-Data de nascimento (dd/mm/aaaa) _____/_____/_____		
9-Documento de Identificação	Tipo: Número: Órgão emissor/UF: País: () Não possui () Sem informação	
10-Endereço completo para contato	Logradouro e número: Bairro: Cidade: UF: País: () Não se aplica () Sem informação	

11-Zona da moradia		() Urbana () Rural () Ribeirinha	() Aldeia () Não se aplica () Sem informação
12-Comunidade específica/tradicional	☐	1-Cigano 2-Quilombola 3-Terreiro 4-Indígena que vive em aldeia 5-Assentado/acampado 6-Pessoa do campo/floresta 7-Pessoa em situação de rua 8-Pessoa privada de liberdade 9-Não se aplica 10-Sem informação	
13-Situação conjugal/estado civil	☐	1-Solteiro(a) 2-Casado(a)/união estável 3-Separado(a) 4-Divorciado(a)	4- Viúvo(a) 5- Não se aplica 7- Sem informação
14-Cor/raça	☐	1-Branca 2-Preta 3-Amarela	4-Parda 5-Indígena 6-Não se aplica 7-Sem informação
15-Sexo biológico	☐	1-Feminino 2-Masculino 3-Sem informação	
16-Identidade de gênero	☐	1-Masculino 2-Feminino 3-Transexual 4-Travesti 5-Transgênero 6-Sem informação	
17-Orientação sexual	☐	1-Homossexual 2-Heterossexual 3-Bissexual 4-Sem informação	
18-Pessoa com deficiência	A. ☐ 1-Não 2-Sim 3-Sem informação	B. Se sim, marque 1 ou mais opções:	() Física () Auditiva () Visual () Mental () Motora () Múltipla
19-Religião	☐	1-Católica 2-Evangélica 3-Espírita 4-Matriz africana 5-Islâmica 6-Budista	

7-Hinduista
8-Judaica
9-Sem religião
10-Sem informação

Quadro Geral de Saúde

(Sugestão da equipe de MG)

Apresenta problemas de saúde: 1. ☐ Não 2. ☐ Sim Qual:

Caso sim, problema decorrente da possível situação de tráfico de pessoas? 1. ☐ Não 2. ☐ Sim

Faz algum tratamento de saúde? 1. ☐ Não 2. ☐ Sim Qual:

Faz uso de algum medicamento? 1. ☐ Não 2. ☐ Sim Qual:

Internação

☐ Não

☐ Sim. Motivo: ☐ Clínica geral ☐ Saúde mental ☐ Drogas Quantas vezes: _____

Atualmente usa algum tipo de substância psicoativa?

☐ Não

☐ Sim, qual: ☐ Tabaco; ☐ Álcool; ☐ Maconha; ☐ Cocaína; ☐ Crack; ☐ Anfetaminas;
☐ Solventes ou Inalantes; ☐ Hipnóticos ou Sedativos; ☐ Alucinógenos; ☐ Opióides;
☐ Outra

Em caso de tráfico de pessoas

Consumiu algum tipo de substância psicoativa durante a situação de TP?

☐ Não

☐ Sim. Foi forçado a consumi-las? ☐ Não ☐ Sim

Caso tenha sido forçado, isso gerou alguma dívida ou exploração financeira?

☐ Não

☐ Sim.

Alguma internação decorrente da possível situação de tráfico de pessoas?

☐ Não

☐ Sim. Quantas vezes: _____

Recebeu auxílio de alguém para tratamento?

☐ Não

☐ Sim. De quem: _____ / _____

Contraiu dívida em função dessa internação/cuidado com saúde?

☐ Não

☐ Sim

| 4.3.4.3 | Perfil Socioeconômico

20-Escolaridade	1-Analfabeto/sem escolaridade 2-Creche (0 a 3 anos) 3-Pré-escola (4 a 5 anos) 4-1º ciclo fundamental 5-2º ciclo fundamental 6-Médio 7-Superior 8-Não se aplica 9-Sem informação
21-Ocupação atual	☐ Trabalho formal ☐ Trabalho informal ☐ Estudante ☐ Desempregado(a)/sem ocupação ☐ Outros. Qual: ☐ Não se aplica ☐ Sem informação
2-Rendimento individual atual <i>(Salário mínimo nacional)</i>	1-Até R\$ 70,00 (situação de pobreza extrema) 2- De R\$ 70,01 a R\$ 140,00 (situação de pobreza) 3-Menos de 1 salário mínimo 4-De 1 a 2 salários mínimos 5-Mais de 2 e até 3 salários mínimos 6-Mais de 3 e até 4 salários mínimos 7- Mais de 4 e até 6 salários mínimos 8-Acima de 6 salários mínimos 9-Sem renda 10-Dependente 11-Sem informação Identifique a fonte do rendimento, se não for trabalhador(a) formal/informal): 1-Bolsista 2-Recebe benefícios do governo 3-Pensão 4-Aposentadoria 5-Sem informação
23-Renda Familiar (Salário mínimo nacional)	1-Até R\$ 70,00 (situação de pobreza extrema) 2- De R\$ 70,01 a R\$ 140,00 (situação de pobreza) 3-Menos de 1 salário mínimo 4-De 1 a 2 salários mínimos 5-Mais de 2 e até 3 salários mínimos 6-Mais de 3 e até 4 salários mínimos 7- Mais de 4 e até 6 salários mínimos 8-Acima de 6 salários mínimos 9-Sem renda 10-Dependente 11-Sem informação
24-Quantas pessoas vivem dessa renda.	

25-Está inserido em algum Programa Social (Ex: Bolsa Família, PETI etc)	1-Não 2-Sim. Quais: _____ _____ 3-Sem informação
26-Filhos (sugestão de transformar essa questão em <i>composição familiar</i>)	1-Não 2-Sim. Quantos: 3-Sem informação
27-Situação de moradia atual	() Alojamento () Aluguel () Casa própria () Casa de amigo/parente () Albergue () Hotel/pousada/hostel () Abrigo institucional. Qual: () Situação de rua () Sem moradia () Sem informação

| 4.3.4.4 | Caso/Experiência

28-Tipo (segundo indícios)	1-Tráfico. Ir para pergunta nº 29. 2-Migrações. Ir para pergunta nº 30. 3-Informação/orientação
29-Se Tráfico de Pessoas	Cidade/estado/país de origem: _____ Cidade/estado/país onde foi encontrado(a): _____ Descreva rota para chegar ao Brasil: _____
Ocupação quando recrutado(a)	☐ Trabalho formal ☐ Trabalho informal ☐ Estudante ☐ Desempregado(a)/sem ocupação ☐ Outros. Qual: _____ ☐ Não se aplica ☐ Sem informação
Se trabalhador(a) informal ou formal quando recrutado(a), marque qual atividade exercida	☐ Trabalhador(a) doméstico(a) ☐ Trabalhador(a) rural ☐ Cuidador(a) de criança/idoso ☐ Profissional do sexo ☐ Dançarina(o) ☐ Vendedor(a) (de loja) ☐ Vendedor(a) (de rua)/ambulante ☐ Operário(a) de indústria ☐ Costureiro(a) ☐ Trabalhador(a) da construção civil ☐ Modelo ☐ Atleta ☐ Garçom/garçonete em bar, restaurante ou semelhantes ☐ Camareiro(a) /arrumadeiro(a) em hotel, motel, pousada ou semelhantes ☐ Profissional de salão de estética e beleza ☐ Outros. Quais: _____ ☐ Não se aplica ☐ Sem informação
Relação da vítima com aliciador	☐ Amigo/colega/vizinho/conhecido ☐ Cônjuge/companheiro/namorado ☐ Parente ☐ Superior hierárquico em ambiente de trabalho ☐ Desconhecido ☐ Sem informação
Motivações para migrar	☐ Oferta de Trabalho ☐ Estudo ☐ Melhoria da situação financeira pessoal/da família ☐ Violência doméstica e/ou familiar ☐ Questões familiares ☐ Reunião familiar ☐ Processo transsexualizador (transformações no corpo) ☐ Desejo de ter uma vida no exterior ☐ Desejo de ter uma vida em outra cidade brasileira

	☐ Casamento/relacionamento afetivo ☐ Dependência afetiva ☐ Discriminação ☐ Ameaças. Quais: _____ ☐ Refúgio ☐ Outros. Quais: _____ ☐ Sem informação
Oferta/ proposta feita pelo aliciador	☐ Tratamento de saúde ☐ Tratamento estético ☐ Residência no exterior ☐ Residência em outra cidade do país ☐ Oferta de trabalho. Qual: ☐ Relacionamento amoroso ☐ Estudo ☐ Turismo ☐ Outros. Quais: ☐ Sem informação
Meio utilizado para o recrutamento	☐ Contato pessoal ☐ Anúncio em meios de comunicação ☐ Anúncio/ redes sociais na internet ☐ Agência de viagem ☐ Agência de emprego ☐ Agência de relacionamento ☐ Não houve recrutamento, mas o uso de meio violento ou coercitivo ☐ Sem informação
Destino prometido	☐ Nacional ☐ ☐ 1-Intra-estadual 2-Interestadual ☐ Internacional ☐ Sem informação
Meio de transporte	☐ Aéreo ☐ Marítimo ☐ Fluvial ☐ Trem ☐ Ônibus ☐ Carro ☐ Caminhão ☐ Atravessou caminhando ☐ Sem informação
Meio utilizado para controlar a vítima	☐ Violência física ☐ Violência psicológica / moral / ameaças ☐ Violência sexual ☐ Falsas promessas / fraude ☐ Restrição à liberdade de circulação ☐ Uso obrigatório de entorpecentes /álcool ☐ Privação de alimentos e bebidas ☐ Documentos e/ou objetos pessoais retidos ☐ Exigência de pagamento de “dívidas” ☐ Horas excessivas de trabalho ☐ Outros. Quais: ☐ Sem informação

Finalidade	☐ Exploração sexual ☐ Servidão por dívida ☐ Trabalho em condição análoga a de escravo ☐ Casamento servil ☐ Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo ☐ Prática de atividade criminosa ☐ Adoção ilegal ☐ Outros. Quais: ☐ Sem informação
Como conseguiu sair	☐ Escapou por conta própria ☐ Escapou com ajuda de terceiros ☐ Recebeu ajuda de agente de segurança pública/órgão de fiscalização ☐ A vítima foi libertada pelo traficante ☐ Outros. Quais: ☐ Sem informação
Tempo que durou a experiência (anos, meses ou dias) _____	
30-Se Migrações	Cidade/estado/país de origem: _____ Cidade/estado/país de destino: _____ Descreva rota para chegar ao Brasil: _____
Já migrou outras vezes:	☐ 1-Não ☐ 2-Sim. Rotas: _____ ☐ 3-Sem informação Descreva a situação: _____
Se brasileiro(a) foi:	☐ Deportação ☐ Inadmissão ☐ Expulsão ☐ Retorno voluntário ☐ Nenhuma das anteriores
Motivação	☐ Oferta de Trabalho ☐ Estudo ☐ Melhoria da situação financeira pessoal/da família ☐ Violência doméstica e/ou familiar ☐ Questões familiares ☐ Reunião familiar ☐ Processo transsexualizador (transformações no corpo) ☐ Desejo de ter uma vida no exterior ☐ Desejo de ter uma vida em outra cidade brasileira ☐ Casamento/relacionamento afetivo ☐ Dependência afetiva ☐ Discriminação ☐ Ameaças. Quais: _____

	☐ Refúgio ☐ Outros. Quais: _____ ☐ Sem informação
Meio de transporte	☐ Aéreo ☐ Marítimo ☐ Fluvial ☐ Trem ☐ Ônibus ☐ Carro ☐ Caminhão ☐ Atravessou caminhando ☐ Sem informação

| 4.3.4.5 | Encaminhamento/Referenciamento

31-Atendimento inicial oferecido pelo Núcleo/Posto, por meio de acolhimento e/ou articulação	☐ Social ☐ Psicológico ☐ Jurídico ☐ Outros. Quais: _____
32-Se não houve encaminhamento, marque a razão	☐ Perda de contato com a vítima ☐ Não houve demanda de encaminhamento por parte da vítima ☐ Vítima recusou o encaminhamento ☐ O atendimento foi realizado integralmente pelo NETP/PAAHM ☐ A vítima veio a óbito ☐ Não há equipamento/serviço necessário. ☐ A instituição/serviço referenciado recusou o recebimento do caso. ☐ Outros . Quais? _____
33-Se houve encaminhamento, marque qual/quais	
1.Recâmbio ☐ 1-Não 2-Sim 3-Outro NETP/PAAHM 4-Sem informação Cidade/estado/país de origem: _____ Cidade/país de destino: _____ Foi financiado por: ☐ Órgão público ☐ Meios próprios ☐ Terceiros ☐ Sociedade civil	
☐ Consulado/embaixada Qual: _____	
☐ Conselho Nacional de Imigração - CNIG/ Departamento de Estrangeiros –MJ	

() Instituições/ programas para refugiados	Instituição:
() Registro policial	Instituição:
() Acesso à justiça	() Matéria penal. Instituição: () Matéria civil. Instituição:
2. Serviços sócioassistenciais	
() Acolhimento /abrigo	
() Saúde	
() Trabalho e emprego	Instituição:
() Habitação/moradia	Instituição:
() Educação	Instituição:
Atendimento especializado	() Mulheres. Instituição: () Diversidade sexual. Instituição: () Criança adolescente. Instituição: () Direitos humanos. Instituição: () Organização da sociedade civil. Qual: () Outros. Quais:
() Outro Núcleo/Posto	Qual:
() Programa de proteção	Qual:
() Outros	Qual:

| 4.3.4.6 | Monitoramento

34-() Não houve monitoramento.	Por que? _____
Data: _____	
35-() Houve monitoramento após 1º encaminhamento externo. Marque qual.	☐ 1-Até 1º encaminhamento. Data: _____ ☐ 2-Até 2º encaminhamento. Data: _____ ☐ 3-Até 3º encaminhamento. Data: _____ ☐ 4-Não houve encaminhamento externo. Data: _____
36-Contato feito com quem?	() Pessoa atendida () Familiar da pessoa atendida () Responsável/ Conselho Tutelar (criança/adolescente) () Instituição referenciada. Nome da pessoa contatada: _____

37-Resultado do monitoramento	do	Descrva:
		Data:
		Descrva:
		Data:
		Descrva:
		Data:
		Descrva:
		Data:

| 7 | Observações

	Data:
	Data:
	Data:
	Data: